

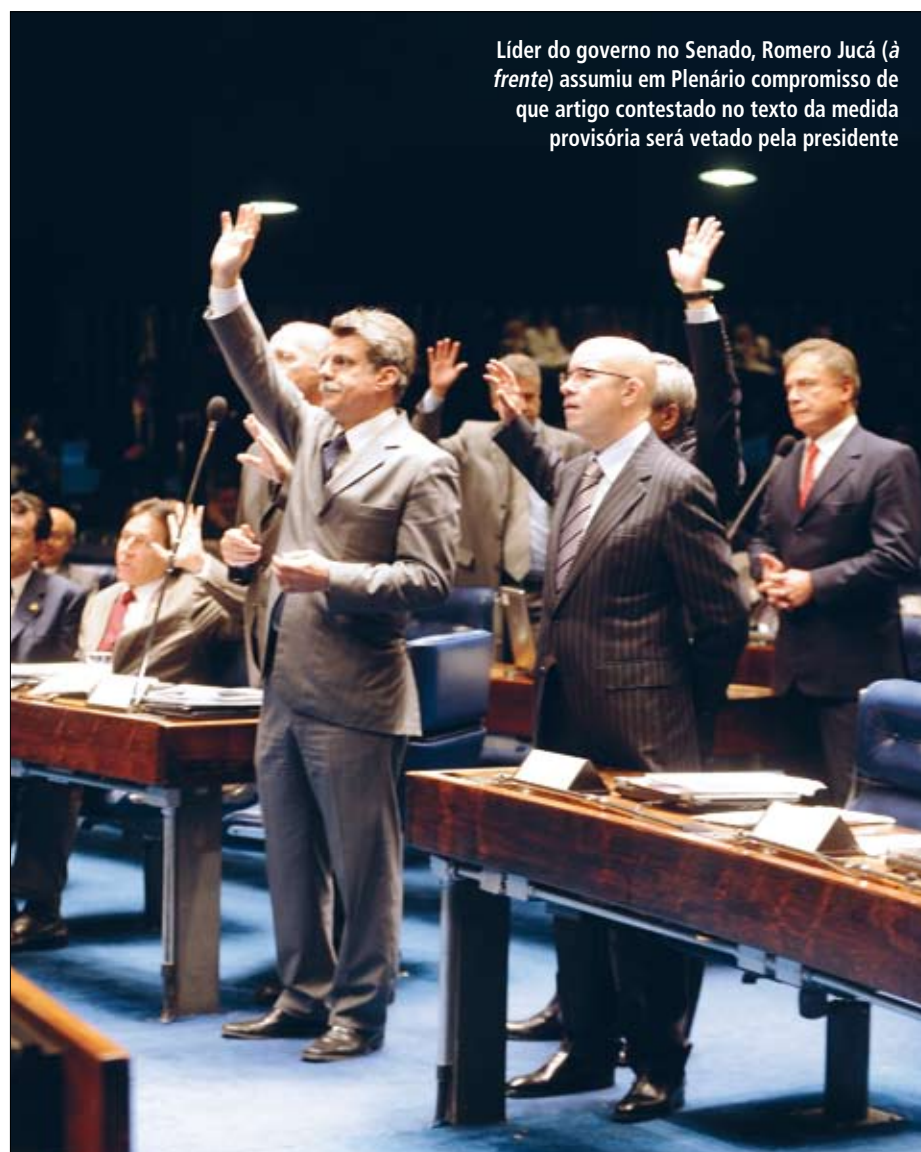


Senado aprova consórcio para Olimpíadas 2016, que vai à sanção

Criação da Autoridade Pública Olímpica foi compromisso assumido pelo Brasil junto ao Comitê Olímpico Internacional (COI) para a realização dos jogos no Rio

O Plenário aprovou ontem, no último dia de vigência, a medida provisória que cria a Autoridade Pública Olímpica, um consórcio que reunirá diversos entes governamentais para centralizar as ações necessárias à realização dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro. Mas o líder do gover-

no no Senado, Romero Jucá, e o próprio relator da MP, Lindbergh Farias, garantiram que a presidente Dilma Rousseff vetará artigo, criticado pela oposição e pela base aliada, que permite a prorrogação de contratos de concessão de empresas que funcionem dentro de aeroportos. A medida segue à sanção. **3**



Líder do governo no Senado, Romero Jucá (à frente) assumiu em Plenário compromisso de que artigo contestado no texto da medida provisória será vetado pela presidente

Moreira/Mariz/Senado Federal

Senado Federal



José Sarney, entre homenageadas e convidadas para a solenidade de entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, ontem

Senado presta homenagem ao exemplo de seis brasileiras

O Congresso Nacional fez ontem uma homenagem especial às brasileiras, durante a entrega a seis mulheres, uma delas já falecida, do Diploma Mulher-Cidadã Bertha

Lutz. Nos discursos, além do registro constante da eleição de Dilma Rousseff no ano passado, a defesa de mais espaço na política e da ampliação dos direitos femininos.

Pesquisa revela efeito da Lei Maria da Penha

DataSenado mostra que 60% das mulheres acham que aumentou a proteção contra agressões.

Plenário confirma Embrapa internacional

Medida provisória agora será promulgada, liberando a empresa para atuar sem a mediação de convênios. **6**

Garantia-Safra tem recursos assegurados **6**

Oposição vai ao STF contra mínimo por decreto **7**

Reforma política mobiliza o Senado e a Câmara

O fato de as Casas terem criado duas comissões sobre o assunto não deve prejudicar decisões, diz José Sarney. **2**



Entre Sarney (2º à dir.) e Temer (3º à esq.), Maia dirige cerimônia que instalou comissão: 180 dias para apresentar anteprojeto

Câmara instala Comissão de Reforma Política

Para o presidente do Senado, o fato de as duas Casas do Congresso terem formado comissões próprias não vai prejudicar a aprovação de mudanças ainda este ano

AS DUAS COMISSÕES de Reforma Política vão elaborar um projeto que expresse a unidade, não a unanimidade do Congresso Nacional, disse o presidente do Senado, José Sarney, durante a cerimônia de instalação da Comissão de Reforma Política da Câmara dos Deputados. O grupo de 40 deputados terá 180 dias para analisar propostas e apresentar um anteprojeto.

Sarney disse que há sintonia entre ele e o presidente da Câmara, Marco Maia, e que a reforma política será trabalhada conjuntamente. Para ele, essa pauta é a principal missão do Congresso nesta legislatura.

– Não há nada mais importante nos próximos quatro anos

no Congresso Nacional, se não dermos ao país a reforma que ele tanto quer e que tanto necessita – afirmou.

Na opinião do presidente do Senado, o atual modelo representativo se encontra em crise.

Instalação de duas comissões sobre o mesmo tema mostra sua importância, diz Marco Maia

– Queremos, cada vez mais, um Parlamento forte e instituições sólidas – enfatizou Sarney, assinalando a necessidade de o Congresso se adequar às novas formas de interação com a sociedade, como a internet.

A instalação de comissões especiais de Reforma Política simultaneamente no Senado e na Câmara dos Deputados não comprometerá a aprovação de um projeto ainda este ano, na

opinião de Sarney.

Marco Maia também ressaltou que o Congresso tem demonstrado a urgência do tema para o Legislativo.

– A instalação, nos primeiros dias [da legislatura], de comissões temáticas de Reforma Política, tanto na Câmara quanto no Senado, indica a importância da matéria para o Congresso Nacional.

Presentes à cerimônia, o vice-presidente da República, Michel Temer; o ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto; o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ricardo Lewandowski; e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, salientaram a cooperação entre os três Poderes para a realização da reforma.

– Do jeito que está não pode continuar – afirmou Temer.

No Senado, agenda de discussão prevê 11 temas

Conforme agenda aprovada ontem, a Comissão de Reforma Política do Senado iniciará as discussões pelas regras para suplentes e pela data de posse de presidente da República e governadores. Os dois assuntos integram uma lista de 11 temas, que serão tratados em cinco reuniões, seguidas por dois encontros finais para conclusão dos trabalhos.

Francisco Dornelles (PP-RJ), presidente da comissão, acredita que, após a última reunião, é possível finalizar o anteprojeto de reforma eleitoral que será apresentado ao Senado e discutido pelo conjunto dos parlamentares. Segundo o prazo fixado pelo presidente do Senado, José Sarney, o texto deve ser entregue até 8 de abril.

Dornelles prevê que, após cada dia de debate, a comissão decida sobre os temas tratados. Ele sugeriu inicialmente que os assuntos polêmicos ficassem para ser votados nos dois últimos dias. No entanto, Roberto Requião (PMDB-PR), Aécio Neves (PSDB-MG), Jorge Viana (PT-AC) e Demóstenes Torres (DEM-GO)



Análise do colegiado será iniciada pelos temas suplência e posse no Executivo

defenderam a tomada de decisão pela comissão no mesmo dia em que o tema for analisado. Ao final, Dornelles disse acreditar que o encaminhamento será adotado conforme o andamento dos trabalhos do colegiado.

Síntese

Ainda de acordo com o presidente da comissão, os senadores vão receber uma síntese com as principais informações sobre cada tema, que está sendo preparada pela assessoria do colegiado.

Quanto a pedidos de inclusão de novos temas, Dornelles informou que deverão ser apresentados por escrito. Fernando Collor (PTB-AL) disse haver consenso sobre a necessidade de mudança na data de posse de presidente e governadores e sugeriu que o assunto seja tratado logo. Jorge Viana manifestou preocupação quanto ao ano em que uma possível mudança de data da posse entrará em vigor. Dornelles lembrou que o tema será debatido na próxima reunião.

Subcomissão da Reforma Administrativa inicia trabalhos

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Eunício Oliveira (PMDB-CE), confirmou ontem os nomes dos integrantes da Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa do Senado, que devem ser referendados na reunião de hoje: Vital do Rêgo (PMDB-PB), que será o presidente, Lúcia Vânia (PSDB-GO), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Francisco Dornelles (PP-RJ) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Segundo Eunício, a subcomissão vai iniciar seus trabalhos a partir do documento elaborado pelo grupo anterior, que concluiu suas atividades em dezembro e teve como relator o então senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Mas afirmou que os senadores também vão acolher as sugestões dos estudos já elaborados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) – portanto, sem a necessidade de contratar outra instituição – para fazer as alterações que considerarem necessárias ao substitutivo do PRS 96/09, que depois de aprovado pela CCJ, segue para o Plenário.

– A comissão é soberana

para, em 90 dias, apresentar a sua proposta – frisou.

Eunício já havia mencionado que várias emendas propostas por senadores ao final da 53ª legislatura não foram examinadas, e todas as sugestões serão avaliadas. O presidente da CCJ disse ainda não ser possível estipular um prazo para a votação do projeto sobre o assunto na CCJ, pois “tudo vai depender dos trabalhos da subcomissão”. Ele próprio disse não conhecer com detalhes o teor da proposta.

Mudanças

A primeira subcomissão foi criada em fevereiro de 2010 para propor mudanças na estrutura do Senado, com base em projeto de resolução (PRS 96/09), elaborado a partir de estudo da FGV, contratada pelo Senado.

A subcomissão teve como presidente o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e, além de Tasso Jereissati, era integrada pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Pedro Simon (PMDB-RS).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Registro de empresas com sócio incapaz

14h A sessão ordinária é deliberativa. Na pauta, projeto de lei da Câmara (PLC 104/08) que estabelece normas para registro de empresas que envolvam sócio incapaz.

Presidência Cerimônia de posse no TST

11h30 José Sarney recebe o embaixador Samuel Guimarães; às 12h, o chefe do Estado Maior da Aeronáutica, João Manuel Rezende; às 16h, preside a ordem do dia; às 17h, participa da posse de João Dalazen como presidente do TST, Maria Peduzzi como vice e Barros Levenhagen como corregedor-geral da Justiça do Trabalho.

CCT Comissão elege novos dirigentes

9h Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e do vice-presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

CDH Eleição de presidente e vice

9h Eleição do presidente e do vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

CAS Instalação dos trabalhos

9h30 Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e do vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais para o biênio 2011/2013.

CDR Criação de duas subcomissões

9h30 Eleição do presidente e do vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Em seguida, votação sobre criação de duas subcomissões: a do Desenvolvimento do Nordeste e a da Amazônia.

CE Escolha de nomes para direção

10h Reunião na Comissão de Educação, Cultura e Esporte para instalação dos trabalhos e eleição do presidente e do vice-presidente.

CCJ Indenizações para anistiados

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisa, entre outros itens, projeto que modifica o cálculo do valor das indenizações por danos morais e materiais devidas aos anistiados políticos. Também vota a criação de cargos de médico perito para o INSS.

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Gleisi propõe regra para teto salarial

Gleisi Hoffmann (PT-PR) informou ter apresentado projeto que regulamenta o teto remuneratório nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A falta de regulamentação tem feito com que cada Poder tenha o entendimento que lhe convém.

De acordo com Gleisi, o Executivo é o que possui o entendimento mais rigoroso sobre o teto salarial. Nesse Poder, somente ministros ou funcionários de alto escalão que participem de conselhos fiscais ou de administração de empresas públicas ou sociedades de economia mista extrapolam o limite remuneratório.

Já no Judiciário, o teto pode ser ultrapassado pelo próprio ministro do Supremo Tribunal Federal que estiver no exercício de função no Tribunal Superior Eleitoral, pela qual recebe uma gratificação.

Em seu projeto (PLS 3/11), Gleisi propõe também o fim do pagamento de pensões vitalícias a ex-governadores.



Gleisi quer extinguir pensão vitalícia para ex-governadores

Diretores do Banco Central são aprovados

O Plenário do Senado aprovou ontem os nomes de dois indicados à diretoria do Banco Central. Com o resultado, Altamir Lopes, atual chefe do Departamento Econômico, assumirá a Diretoria de Administração. Sua indicação foi aprovada com 52 votos favoráveis, 5 contrários e uma abstenção.

Sidnei Corrêa Marques, atual chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro e de Gestão da Informação, será o novo diretor de Liquidações e Controle de Operações do Crédito Rural. O Plenário aprovou seu nome com 51 votos favoráveis e 5 contrários.

MP cria a Autoridade Pública Olímpica, que vai coordenar todas as atividades governamentais relacionadas à realização dos jogos no Rio de Janeiro. Item mais polêmico, que permite prorrogação de contratos, deve ser vetado pela presidente



Líderes governistas Romero Jucá (E) e Humberto Costa erguem o braço para votar, observados pelos opositores Demóstenes Torres e Alvaro Dias

Aprovada criação de consórcio público para organizar Jogos Olímpicos de 2016

O PLENÁRIO APROVOU ontem, por 46 votos a 13, o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 2/11, oriundo da Medida Provisória (MP) 503/10, que cria o consórcio Autoridade Pública Olímpica (APO), para coordenar as ações governamentais para os Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro. A matéria, que perderia sua eficácia hoje, será encaminhada à sanção.

A criação da Autoridade Pública Olímpica foi um dos compromissos assumidos pelo Brasil junto ao Comitê Olímpico Internacional (COI) para a realização das Olimpíadas no Rio, conforme lembrou o senador Lindbergh Farias (PT-RJ), relator-revisor.

Com sede no Rio de Janeiro, a APO funcionará até 31 de dezembro de 2018, data que poderá ser prorrogada por dois anos pelo Conselho Público Olímpico, que terá representantes dos Executivos federal, estadual e municipal.

Contará com 181 cargos em comissão, com remunerações entre R\$ 1 mil e R\$ 22 mil, tendo seu presidente nomeado pela presidente da República, com aprovação do Senado e mandato de quatro anos, permitida a recondução. O modelo da APO

baseia-se em experiências colocadas em prática em outras edições dos Jogos Olímpicos, como Sydney (2000) e Barcelona (1992).

De acordo com Lindbergh Farias, o projeto reconfigura as responsabilidades dos entes federados no consórcio olímpico, que poderá inclusive assumir a execução de obras em atraso.

– Espero que na próxima semana a presidente Dilma indique o presidente da APO. Temos todo um cronograma pela frente e não podemos perder tempo – afirmou.

A principal polêmica se deu em torno do artigo 7º, que prevê a possibilidade de se prorrogar os contratos de concessão das empresas comerciais e de serviços que funcionam dentro dos aeroportos até o final dos jogos paraolímpicos de 2016. O dispositivo estabelece ainda que, se houver adiamento de recursos, esses contratos poderão ser ampliados sem prazo específico.

Mas há acordo entre oposição e governo – segundo compromisso assumido pelo relator Lindbergh Farias e pelo líder do governo Romero Jucá (PMDB-RR), com o aval da Casa Civil e dos ministérios



Relator do PLV, Lindbergh Farias informa que pedirá a Dilma que veto o artigo 7º

da Fazenda e do Planejamento – para que o artigo seja vetado pela presidente Dilma Rousseff. Isso evitou que o projeto perdesse a validade, o que aconteceria caso fosse alterado no Senado, pois teria que retornar à Câmara.

Para o líder do PSDB, senador Alvaro Dias (PR), a proposta do Executivo “é imprestável” e deveria ser “jogada para o arquivo”.

– O governo tem instrumentos, basta que encaminhe projeto de lei em regime de urgência, que faça as coisas como devem ser feitas, de forma constitucional, sem aderir a absurdos – afirmou.

Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), o projeto é “indecente, indevido e descabido”. Marcelo

Crivella (PRB-RJ) assinalou que “o mundo globalizado é um mundo urgente” e cobrou celeridade na organização dos jogos.

Roberto Requião (PMDB-PR) alertou para o fato de que não há compromisso do governo com relação ao veto ao artigo 7º.

– Nunca vi uma esdruxularia semelhante a essa proposta que nos vem da Câmara, absolutamente desnecessária – criticou.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) foi no mesmo sentido:

– Um governo com 37 ministérios tem órgãos de planejamento de boa qualidade técnica. Por que precisaria criar uma autoridade olímpica? – indagou.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Demóstenes Torres (DEM-GO), Pedro Simon (PMDB-RS) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) também criticaram a matéria.

Renan Calheiros (PMDB-AL) reconheceu que a proposta “tem defeitos”, mas considerou “definitivo” o compromisso do governo em relação ao veto.

Já o líder do PT, Humberto Costa (PE), viu “ausência de fundamentação” nas críticas.

– A estrutura da APO corresponde a um consórcio público que obedece à legislação.

Wilson Santiago pede mais campi no interior da Paraíba

O senador Wilson Santiago (PMDB-PB) elogiou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), mas pediu à presidente Dilma Rousseff e ao ministro da Educação, Fernando Haddad, a implantação de novas universidades e campi no interior da Paraíba.

– O ensino superior se interiorizou. A maioria da classe humilde do interior dos estados da Federação tem acesso à universidade pública e pode concluir um curso superior – disse.

Santiago lembrou que o princi-



Wilson Santiago elogia planos criados por Lula para melhorar ensino público superior

pal objetivo do Reuni foi ampliar o acesso e a permanência na educação superior da população mais carente. Segundo ele, dando sequência ao trabalho realizado pelo ex-presidente Lula, o MEC deverá repassar R\$ 23,6 bilhões para 59 universidades federais integrantes do Reuni.

Vanessa Grazziotin comemora 44º aniversário da Zona Franca

Concebida em 1951 pelo deputado federal Francisco Pereira e instalada no governo militar, em 1967, a Zona Franca de Manaus comemorou 44 anos na segunda-feira. Ao celebrar a data, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou que o faturamento de 2010 foi recorde: mais de US\$ 35 bilhões.

A senadora lembrou que, há 30 anos, a Zona Franca se baseava em três setores: produção industrial,

agropecuária e comércio. Naquela época, brasileiros de todas as regiões visitavam Manaus para comprar produtos importados. Com o passar do tempo, o cenário foi se modificando.

– Temos hoje um distrito industrial que abriga mais de 600 fábricas produzindo eletroeletrônicos, como televisores. Talvez 100% de todos os aparelhos de televisão comercializados no Brasil venham da Zona Franca – afirmou.

Para Vanessa, frase de Dilma, "a mulher pode", revela persistência

"A mulher pode." Com essa frase, repetindo o que disse Dilma Rousseff no dia da sua posse como presidente da República, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, homenageou todas as mulheres durante a sessão solene do Congresso destinada a celebrar o Dia Internacional da Mulher. Para a senadora, neste ano a data tem um significado especial.

— Pela primeira vez, em mais de um século de existência, a República Federativa do Brasil

é presidida por uma mulher, Dilma Rousseff — disse.

Quanto à afirmação "a mulher pode", Vanessa assinalou que ela expressa com "razão e sensibilidade o orgulho, a bravura e a indomável persistência das brasileiras em ser participativas e também titulares no comando do país".

Vanessa lamentou, no entanto, a pequena representação feminina na política mundial, que não chega a 20%, e, no Brasil, a menos de 10%.

A senadora homenageou especialmente a feminista Bertha



Senadora lamenta a pequena representação feminina na política

Lutz que, como deputada federal, entre julho de 1936 e novembro de 1937, foi autora da lei que deu o direito a voto às mulheres brasileiras.

Senadoras ressaltam avanços e desafios para as mulheres

As senadoras que se manifestaram na sessão solene de ontem destacaram avanços, como a ascensão a postos importantes na administração pública, mas lastimaram a pequena representação feminina na política e a violência que atinge a todas.

Marta Suplicy (PT-SP) assinalou que o Brasil tem Dilma Rousseff na Presidência da República, Rose de Freitas na Mesa da Câmara, ela própria na Primeira-Vice-Presidência do Senado e Doris Peixoto na Diretoria-Geral da Casa, assim como nove ministras e Martha Rocha chefiando a Polícia Civil do Rio de Janeiro.

A ascensão de tantas mulheres em tão pouco tempo foi surpreendente, disse ela, recomendando cuidados para que não haja retrocessos.

— Não podemos deixar que essa rapidez se esvaia. Temos que continuar nesse ritmo.

Para a senadora, nessa segunda década do século 21, o país ainda se defronta com problemas cruciais em sua rota para tornar-se uma nação que

respeita políticas públicas para as mulheres. Marta referiu-se também à necessidade de maior inclusão feminina na política e no mercado de trabalho, à pouca proteção da mulher contra a violência e às frequentes situações de discriminação.

Representação

Nenhuma reforma cumprirá o papel de modernizar a política se não for capaz de ampliar os espaços de representação da mulher, advertiu Ângela Portella (PT-RR). Apesar de constituírem a maioria da população e do eleitorado do país, as mulheres ainda têm representação insuficiente. No último pleito, a participação das mulheres só não foi mais tímida devido à eleição de Dilma Rousseff, disse.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) defendeu uma participação maior das mulheres nos "processos de decisão e nos espaços da sociedade". O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) também afirmou que mudar o país deve ser sinônimo de maior participação feminina.

Deputadas abordam Lei Maria da Penha e conquistas femininas

Diversas deputadas discursaram sobre a importância da Lei Maria da Penha e a defesa de maior participação das mulheres na sociedade e na política.

Rose de Freitas (PMDB-ES) disse que as mulheres ainda enfrentam muitos obstáculos para sua inserção no mercado de trabalho. Sandra Rosado (PSB-RN) defendeu a criação de varas especiais de Justiça apenas para casos de violência contra mulheres, e disse que a Lei Maria da Penha não aumentou os casos de agressão, apenas deu mais visibilidade a eles. Jaqueline Roriz

(PMN-DF) disse ser inaceitável a flexibilização na aplicação da lei, e Iracema Portella (PP-PI) afirmou que, no país, a cada 15 segundos uma mulher sofre agressão.

Para Rosane Ferreira (PV-PR), há mais mulheres em posições de destaque neste momento da vida política e administrativa do país. Agora, acrescentou, o desafio é mostrar que valeu a pena ocupar esses postos. A conquista de espaços de poder mostra evolução, "mas há ainda uma longa estrada a percorrer", destacou Luciana Santos (PCdoB-PE).

Ricardo Ferraço apoia maior presença feminina na política

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) defendeu maior participação feminina na política, após constatar que no Senado (15%), na Câmara (9%), nos governos estaduais (11%) e nas prefeituras (9%) a presença é pequena, apesar da determinação de 30% de

candidatas pela Lei Eleitoral. — É preciso que os próprios partidos criem em suas estruturas mais espaço à participação feminina, mas na formação de ações sociais que incentivem o maior interesse das mulheres pela atividade — sugeriu.

Reconhecimento a seis brasileiras

Entrega do Diploma Bertha Lutz pelo Congresso Nacional destaca a necessidade de ampliar os direitos e assegurar a participação feminina na política

O DIA INTERNACIONAL da Mulher, celebrado oficialmente em 8 de março, foi comemorado ontem em sessão solene do Congresso Nacional. Foram premiadas as cinco vencedoras do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, concedido a personalidades que se destacaram na luta pelos direitos das mulheres: Maria Liège Santos, Chlores Casagrande, Maria José da Silva, Maria Ruth Barreto, Carmen Helena Foro e Ana Maria Pacheco de Vasconcelos.

A presidente Dilma Rousseff,

que não participou da sessão, foi lembrada por praticamente todos os presentes. O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que a eleição de Dilma mostra a maturidade que alcançou o país. O presidente da Câmara, Marco Maia, disse ter orgulho de ser governado por ela.

Logo no começo da sessão, o Coral do Senado interpretou três canções: *Coisa Mais Bonita*, de Vinicius de

Moraes e Carlos Lyra; *Paz do Meu Amor*, de Luiz Vieira; e *Se Todos Fossem Iguais a Você*, de Tom Jobim e Vinícius de Moraes. Na sequência, Sarney convidou todos a cantar *Maria, Maria*, de Milton Nascimento.

Sob uma chuva de pétalas de rosas, as vencedoras do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (*veja os perfis no quadro, abaixo*) receberam um diploma, uma placa e flores.

Maria Liège Santos é militante desde a década de 70 e participa da Federação Democrática Internacional de Mulheres. Chlores Casagrande é pedagoga, escritora e atualmente vice-presidente da Academia Paranaense de Letras. Maria José da Silva criou um projeto de coleta seletiva e educação ambiental e incentivava a criação de cooperativas formadas por mulheres catadoras de material

na Piauí. A psicopedagoga Maria Ruth Barreto foi a primeira presa política do Ceará durante o regime militar. Carmen Helena Foro trabalha como coordenadora de movimentos sindicais. Já Ana Maria Pacheco de Vasconcelos, falecida em 2009, foi fundadora e presidente da ONG Casa de Passagem, instituição voltada para o resgate de meninos e meninas de rua.



José Sarney preside a solenidade de ontem, ladeado pelo deputado Marco Maia e pela senadora Marta Suplicy: eleição de Dilma foi citada em praticamente todos os discursos

Marco Maia diz que luta é por sociedade justa

A luta das mulheres por relações de poder mais justas deve ser vista como etapa indispensável para a construção de uma sociedade em que a plenitude de direitos seja uma realidade para todos os cidadãos, disse ontem o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS).

O deputado admitiu que ainda há um longo caminho a percorrer na luta feminina, mas também relatou conquistas, a começar pelo fato de o governo do país estar hoje, pela primeira vez, sob o comando de uma mulher. Destacou também a até então inédita presença de uma mulher na Mesa da Câmara dos Deputados, a deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), eleita 1ª vice-presidente da Casa nesta legislatura.

— Sem dúvida nenhuma, isso nos orgulha e nos enche de responsabilidade — disse.

Presença feminina humanizou debates no Senado, diz Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, destacou o progresso do país não somente com a formação da consciência coletiva da igualdade entre mulheres e homens, mas com a participação feminina cada vez maior na vida política e social. Ele destacou como fato revelador da "maturidade do país" a presença de uma mulher — Dilma Rousseff — na Presidência.

Sarney disse também que o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz significa um reconhecimento do Senado no

momento em que a própria presença feminina se multiplica na Casa. Segundo ele, os debates se tornaram mais humanos e mais francos.

O presidente do Senado disse que não é preciso registrar a longa lista de violências para demonstrar o que é de conhecimento de todos. Em termos objetivos, acrescentou, há muito o que realizar para modificar esta realidade. Sarney citou pesquisa do DataSenado, concluída no fim de fevereiro, revelando que a maioria das

mulheres (66%) acha que aumentou a violência doméstica e familiar, ao mesmo tempo em que 60% entendem que a proteção está melhor após a Lei Maria da Penha.

A pesquisa procurou saber o que pensam as mulheres sobre a nova interpretação dada em dezembro pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que entendeu que a lei é compatível com a dos julgados especiais, permitindo a suspensão da pena nos casos em que a condenação for inferior a um ano.

Quando isso ocorrer, acrescentou, o juiz pode trocar a prisão por uma pena alternativa ou, ainda, suspender o processo. De acordo com o presidente do Senado, a pesquisa apurou que a maioria das entrevistadas ficou insatisfeita, "acreditando que a decisão enfraquece a lei".

José Sarney lembrou que, como presidente da República, há 25 anos, criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, presidido por Ruth Escobar.

Falta espaço na arena política, alerta pedagoga

Apesar da relevante participação das mulheres na história do país, em especial na redemocratização, ainda é preciso lutar por uma presença feminina maior na política, afirmou Maria Ruth Barreto Cavalcante, uma das agraciadas com o Diploma Bertha Lutz.

— Com todas as conquistas das mulheres nas áreas da educação, saúde e mercado de trabalho, falta ainda criar condições para a efetiva constituição da mulher como sujeito político — disse.

Pedagoga dedicada à educação de jovens e adultos, Maria Ruth lembrou o trabalho de Bertha Lutz na construção da identidade social, política e cultural do país. As agraciadas, registrou, representam todas as brasileiras e seu trabalho pela construção do país.

— Buscamos manter a força da delicadeza, a firmeza da serenidade e a sabedoria da ação, mas sem abrir mão nunca do nosso sonho maior, que é promover a felicidade de todo um povo — concluiu a pedagoga.

AS PREMIADAS



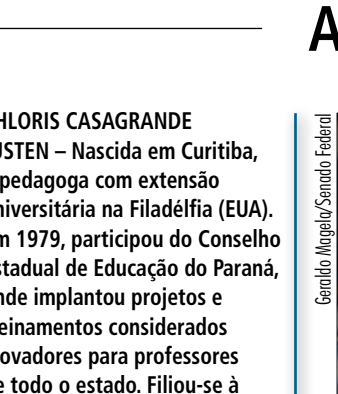
CHLORIS CASAGRANDE JUSTEN — Nascida em Curitiba, é pedagoga com extensão universitária na Filadélfia (EUA). Em 1979, participou do Conselho Estadual de Educação do Paraná, onde implantou projetos e treinamentos considerados inovadores para professores de todo o estado. Filiou-se à ONG Soroptimista, destinada a prestar serviços para melhorar as condições de vida das mulheres. É vice-presidente da Academia Paranaense de Letras.



CARMEN HELENA FERREIRA FORO — Filha de lavradores, natural de Moju (PA), militou nas comunidades eclesiais de base e no sindicato dos trabalhadores rurais na cidade de Igarapé-Miri (PA), para onde se mudou aos 15 anos. Em 1991, já presidida interinamente o sindicato, tendo assumido a coordenação do movimento sindical que abrangia oito municípios do Pará. Em 2006, foi vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores, tornando-se a primeira mulher a assumir um cargo de direção em uma central de trabalhadores no Brasil.



ANA MARIA PACHECO DE VASCONCELOS (1944-2009) — Nascida em Pernambuco, Ana era



MARIA JOSÉ DA SILVA — Natural do Piauí e criada no Maranhão, nos anos 1970 mudou para o Rio de Janeiro. Depois de trabalhar oito anos como inspetora de qualidade na área metalúrgica, na década de 1980, criou a Associação de Moradores do Conjunto Bento Ribeiro Dantas, no Complexo da Maré (RJ). Desde 2002, atua na área de coleta seletiva e reciclagem, voltada para a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis.



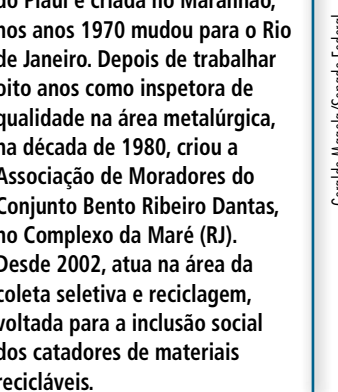
advogada, poeta e técnica em desenvolvimento urbano e rural. Foi uma das fundadoras da primeira



Casa de Passagem no Brasil, que acolhia meninas de rua vítimas de exploração sexual e do trabalho



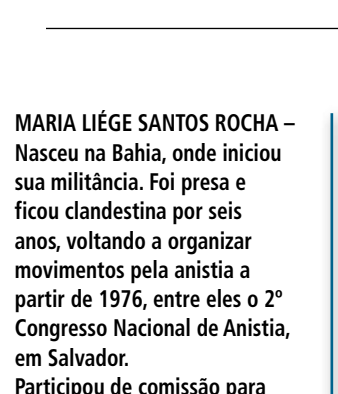
MARIA LIÉGE SANTOS ROCHA — Nasceu na Bahia, onde iniciou sua militância. Foi presa e ficou clandestina por seis anos, voltando a organizar movimentos pela anistia a partir de 1976, entre eles o 2º Congresso Nacional de Anistia, em Salvador. Participou de comissão para organizar as mulheres na Bahia e foi eleita presidente da União das Mulheres de Salvador, colaborando ainda para a criação da União Brasileira de Mulheres.



MARIA RUTH BARRETO CAVALCANTE — Nascida no Ceará, é psicopedagoga graduada na cidade de Colônia, na Alemanha. Aos 21 anos, começou a trabalhar com a educação de jovens e adultos, por meio do Movimento de Educação de Base (MEB), que utilizava o método de Paulo Freire junto às comunidades rurais. Em 1967, preparou grupos de universitários para trabalhar com a alfabetização de adultos, trabalho impedido pelos militares durante a ditadura. Foi a primeira presa política no Ceará.



infantil, enquanto também fazia trabalho preventivo com adolescentes expostas à Aids.



Maria Ruth Barreto Cavalcante, uma das agraciadas com o Diploma Bertha Lutz.



— Buscamos manter a força da delicadeza, a firmeza da serenidade e a sabedoria da ação, mas sem abrir mão nunca do nosso sonho maior, que é promover a felicidade de todo um povo — concluiu a pedagoga.



— Buscamos manter a força da delicadeza, a firmeza da serenidade e a sabedoria da ação, mas sem abrir mão nunca do nosso sonho maior, que é promover a felicidade de todo um povo — concluiu a pedagoga.

Mulher se sente mais protegida, diz DataSenado

Uma pesquisa nacional do DataSenado, concluída no final de fevereiro, revela que 66% das mulheres acham que a violência doméstica e familiar contra as mulheres aumentou após a criação da Lei Maria da Penha.

O DataSenado fez a primeira pesquisa sobre o tema em 2005. A cada dois anos o estudo se repete. Em sua quarta versão, os resultados de 2011 indicam que o conhecimento sobre a Lei Maria da Penha cresceu nos dois últimos anos: 98% disseram já ter ouvido falar na lei, contra 83% em 2009. Foram feitas 1.352 entrevistas, apenas com mulheres, em 119 municípios, incluídas todas as capitais e o Distrito Federal.

Suspensão da pena

O levantamento apurou também que, para as entrevistadas, conhecer a lei não faz com que as vítimas de agressão denunciem o fato às autoridades. O medo continua sendo a razão principal para evitar a exposição dos agressores, com 68% das respostas.

Para 64% das mulheres ouvidas pelo DataSenado, o fato de a vítima não poder mais retirar a queixa na delegacia faz com que a maioria das mulheres deixe de denunciar o agressor.

A pesquisa, finalmente, buscou saber o que pensam as mulheres sobre a nova

Pesquisa

O que revelou levantamento do DataSenado de fevereiro

66% violência doméstica e familiar contra as mulheres aumentou

60% proteção está melhor, após a criação da Lei Maria da Penha

68% exposição dos agressores é evitada por medo

64% falta de denúncia por não poder retirar a queixa na delegacia

57% conhecem mulheres já agredidas

TIPO DE VIOLÊNCIA

78% física 28% moral 27% psicológica

66% agressores são os maridos ou companheiros

96% Lei Maria da Penha deve valer para ex-marido ou ex-companheiro

Fonte: DataSenado

interpretação da Lei Maria da Penha, estabelecida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em dezembro último.

A corte entendeu que a lei é compatível com a dos julgados especiais, permitindo a suspensão da pena nos casos em que a condenação for inferior a um ano. Quando isso ocorrer, o juiz pode trocar a pena de prisão por uma pena alternativa ou, ainda, suspender o processo.

O trabalho do DataSenado apurou que a maioria das entrevistadas ficou insatisfeita. Para 79% delas, a decisão enfraquece a lei.

Ministras saúdam trabalhadoras e defendem maior igualdade

"Quero homenagear aqui todas as mulheres que fazem a máquina deste país funcionar", saudou ontem a ministra da Cultura, Ana de Hollanda, durante a solenidade. Ela homenageou as mulheres que cuidam de seus filhos e ainda buscam, com seus empregos, o sustento da família.

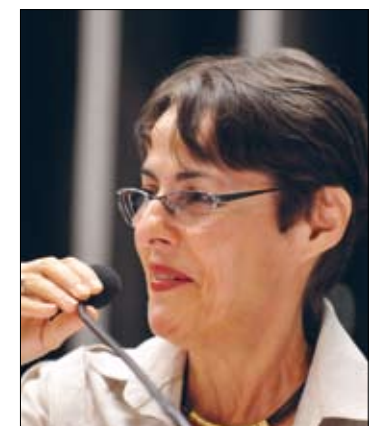
A ministra também prestou homenagem às mulheres "que iluminaram a cultura brasileira", citando Lélia Abramo, Chiquinha Gonzaga, Cecília Meireles, Clarice Lispector, Cailda Becker, Tarsila do Amaral e Carmen Miranda.

Já a ministra da Igualdade

Racial, Luiza Helena de Bairros, disse que a data deve servir para reforçar as ações pela igualdade de direitos entre homens e mulheres.

— Mais do que homenagear à mulher, o dia 8 de março deve servir para lembrar as ausências de direitos a que estão sujeitas, contrapontos aos privilégios que os homens recebem por sua condição na sociedade — disse Luiza Helena de Bairros.

Ao se dirigir aos homens, a ministra disse esperar que, nos próximos anos, não seja preciso falar na ausência de direitos das mulheres, mas na igualdade de direitos na sociedade.



Ana de Hollanda recorda mulheres que "iluminaram a cultura brasileira"



Luiza Helena de Bairros diz que "homens recebem privilégios"



Inácio Arruda: apelo aos cearenses

Inácio pede engajamento contra a dengue

Ao registrar a visita do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, ao Ceará, para discutir medidas para combater uma possível epidemia de dengue, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) fez um apelo aos seus conterrâneos pedindo apoio para o controle do mosquito transmissor da doença. Ele frisou que a ajuda da população é fundamental, devido ao fato de o mosquito atingir a todos sem distinção.

– O trabalho principal a ser feito [pela população] está ligado às ações preventivas, que são fundamentais. Às vezes são coisas simples, como limpar a caixa d'água e fechá-la – disse.



Mozarildo informa superfaturamento

PF investiga denúncias na saúde de Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) informou que a Polícia Federal e o Tribunal de Contas do Estado de Roraima (TCE-RR) investigam denúncias de irregularidades que teriam sido cometidas por integrantes do governo do estado na área da saúde. O senador afirmou que as denúncias datam do ano passado e envolvem o descarte de cerca de duas toneladas de medicamentos em um aterro sanitário de Boa Vista.

Segundo as denúncias, a secretaria de Saúde comprava remédios vencidos ou próximos a expirar e depois os jogava fora. Assim, fazia nova compra comercial, sem licitação e com preços superfaturados em até 1.000%.

Medida provisória que assegurou à empresa autonomia para atuar sem a intermediação de convênios e de organizações internacionais estava para perder a vigência. Aprovada sem modificações, vai à promulgação

Embrapa torna-se empresa com capacidade para atuar no exterior

A MEDIDA PROVISÓRIA (MP 504/10) que permitiu à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) o exercício de suas atividades fora do Brasil foi aprovada ontem pelo Plenário e vai à promulgação. A MP estava em seu último dia de vigência e faz apenas uma pequena alteração no texto da Lei 5.851/72, que criou a Embrapa.

Apesar de concordar com a medida, o senador Demóstenes Torres (DEM-GO) declarou que o seu partido votaria a favor do mérito e contra a constitucionalidade, por não ter o obrigatório caráter de urgência. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) também concordou com o mérito da MP e salientou a ausência do caráter de urgência, mas manifestou o voto favorável do PSOL.

Alvaro Dias (PSDB-PR) assinou a usurpação do direito de os senadores debaterem a MP, já que ela chegou ao Senado no final do prazo de vigência. Ele disse ter dúvidas, por exemplo, em relação aos recursos orçamentários destinados às operações internacionais da Embrapa.

Vários senadores se queixaram do prazo utilizado pelos deputados para analisar e encaminhar as MPs ao Senado. O presidente do Senado, José Sarney, disse que também se preocupa com o problema e



Demóstenes Torres (ao microfone), como vários outros senadores, criticou o caráter de urgência para a matéria

que tem feito reiterados apelos à Presidência da Câmara no sentido de que o Senado tenha oportunidade de fazer um exame adequado das matérias.

O relator, senador Lobão Filho (PMDB-MA), disse que todos conhecem a importância do trabalho da Embrapa e assinalou que desde a sua criação a empresa opera no exterior por meio de acordos de cooperação técnica, firmados com outras instituições de pesquisa.

– A Embrapa mantém 78 acordos de cooperação técnica com 89 instituições estrangei-

ras espalhadas por mais de 56 países. Os acordos multilaterais alcançam 20 organizações internacionais, envolvendo principalmente a pesquisa em parceria e a transferência de tecnologia – argumentou.

Se a atuação mediante convênios apresenta as vantagens de aproximar com agilidade os pesquisadores de outros países e de ampliar a diversificação do conhecimento sobre os objetos de pesquisa, Lobão Filho afirmou que essa atuação também depende da intermediação de entidades internacionais. Isso

implica limitações jurídicas no plano operacional que afetam a eficácia de projetos, como, por exemplo, os que necessitam do envio ou do recebimento de recursos destinados à instalação de experimentos.

Atualmente, uma simples abertura de conta bancária, a contratação de mão de obra e procedimentos administrativos elementares, como a instalação de um escritório, ficam na inteira dependência da assinatura de convênios, sujeitos por sua vez a embargos burocráticos no Brasil e no exterior.

Empréstimo para compra de ações da Petrobras pelo BNDES

A medida provisória que autorizou a União a conceder crédito de até R\$ 30 bilhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi aprovada ontem no Senado, na forma do Projeto de Lei de Conversão 3/11. De acordo com o Executivo, os recursos viabilizaram a participação do BNDES na oferta de ações da Petrobras realizada em 2010.

Para a cobertura do crédito, a União pode emitir títulos da dívida pública mobiliária federal. O BNDES pode ainda recomprar da União, a qualquer tempo, os referidos créditos, admitindo-se a doação em pagamento de bens e direitos de sua proprie-

dade, mantida a equivalência econômica. A Câmara acrescentou à MP original (505/10) uma emenda que trata da federalização de trecho rodoviário em Alagoas e Pernambuco.

A proposta recebeu 33 votos favoráveis, 8 contrários e 1 abstenção, e segue agora para sanção. Discursaram contra a matéria Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Alvaro Dias (PSDB-PR), Aécio Neves (PSDB-MG), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Kátia Abreu (DEM-MT) e Randolfe Rodrigues (PSOL-PA).

Já Renan Calheiros (PMDB-AL) – relator-revisor –, Wellington Dias (PT-PI) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) apoiaram a medida.

Aprovada MP que assegura benefício do Garantia-Safra

Foi aprovada ontem pelo Senado e vai à promulgação a medida provisória que abriu crédito extraordinário no valor de R\$ 210 milhões para o Ministério do Desenvolvimento Agrário pagar o benefício do programa Garantia-Safra.

O governo estima que a medida (MP 506/10) beneficia 595 mil agricultores familiares do semiárido que sofreram perdas na safra 2009/2010, devido a problemas relacionados à estiagem ou ao excesso de chuvas.

O Garantia-Safra foi instituído pela Lei 10.420/02 para atender a produtores de 859 municípios do Nordeste na safra 2009/2010. Sua área de atuação agora

abrange municípios da região Nordeste, do norte de Minas Gerais (Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha) e do norte do Espírito Santo.

O benefício é pago aos agricultores que aderiram nos municípios em que é detectada perda de pelo menos 50% da produção de algodão, arroz, feijão, mandioca e milho.

O pagamento é feito diretamente aos agricultores, em parcelas mensais, por meio de cartões eletrônicos disponibilizados pela Caixa Econômica Federal.

Blairo Maggi (PR-MT), relator, recomendou a aprovação nos termos propostos pelo Executivo.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Blairo Maggi • Marta Suplicy • Wilson Santiago

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Humberto Costa: cortes mostram compromisso contra inflação

O contingenciamento do Orçamento da União de 2011 – detalhado pelos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior – demonstra a responsabilidade do governo com o controle da inflação e o equilíbrio fiscal. Segundo o senador Humberto Costa (PT-PE), os cortes anunciados não atingirão as prioridades incluídas no programa de governo de Dilma Rousseff.

– O próprio processo de contingenciamento atingiu uma cifra maior do que aquela anteriormente anunciada. Ao invés de R\$ 50 bilhões, foram contingenciados R\$ 53,6 bilhões. O mais importante é que os recursos destinados aos grandes investimentos, entre eles os que integram o Programa de Aceleração do Crescimento, assim como os programas sociais, ficaram totalmente salvos da possibilidade de qualquer tipo de corte – afirmou.

Segundo o líder governista, foram cortados R\$ 20 bilhões nas emendas parlamentares, R\$ 9 bilhões em concessões de subsídios e R\$ 13,1 bilhões nos ministérios. Medidas como redução nas despesas com viagens, aluguéis ou reforma de imóveis eram defendidas há tempos por parlamentares e pela população, disse o senador.

Sobre o contingenciamento de R\$ 5,1 bilhões no programa

Minha Casa, Minha Vida, o senador explicou que o Congresso deverá aprovar em março as diretrizes para o PAC 2, quando serão definidos os recursos para a continuidade do programa. Só após essa aprovação será possível estimar quanto o governo investirá em 2011 na construção de casas populares.

– O governo deu uma demonstração clara da sua preocupação em preservar a sociedade do risco da inflação, que decorre concretamente da elevação dos preços dos alimentos em nível internacional, com reflexos no país. A inflação também é rescaldo das ações que foram necessárias em 2009 para que o país não mergulhasse em uma enorme recessão que produzisse o fechamento de fábricas e o aumento do desemprego – analisou Humberto Costa.



Líder do PT diz que crise mundial teve impacto negativo nos preços nacionais



ACM Neto (E), Rodrigo Maia e Alvaro Dias, à frente dos parlamentares que levaram a ação ao Supremo Tribunal Federal

Cármem Lúcia analisa ação contra nova lei do mínimo

Ministra relata no Supremo Tribunal Federal o pedido de três partidos de oposição para que artigo que permite reajuste por decreto seja considerado inconstitucional

PSDB, DEM E PPS ingressaram ontem com ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Lei 12.382/11, que define o salário mínimo em R\$ 545. Os advogados dos partidos argumentam que o artigo 3º da lei – que dispõe que o Executivo estabelecerá por decreto os novos valores anuais de 2012 a 2015 – contraria a Constituição. A relatora é a ministra Cármem Lúcia Antunes Rocha.

A ação foi entregue ao presidente do STF, ministro Cezar Peluso, pelos líderes do PSDB no Senado, Alvaro Dias (PR), e na Câmara, Duarte Nogueira (SP); pelo líder do DEM na Câmara,

Antonio Carlos Magalhães Neto (BA); pelo líder do PPS na Câmara, Moreira Mendes (RO); e pelo presidente do DEM, Rodrigo Maia (RJ).

– O presidente Cezar Peluso reconhece a importância da nossa contestação e pretende dar celeridade ao nosso pedido de liminar. Estamos tentando evitar que a Constituição seja golpeada e que o Congresso se transforme em almoxarifado a serviço do Executivo – disse o senador Alvaro Dias.

Na petição inicial, os advogados dos partidos lembram que, segundo o artigo 7º da Constituição, os trabalhadores urbanos e rurais têm direito a “salário

mínimo fixado em lei”. Por isso, a ação pede a declaração de inconstitucionalidade do artigo, com concessão de liminar, para sua suspensão imediata.

Os partidos dizem que a lei “nada mais é do que uma indesejada delegação de poderes” à presidente da República, para que o Executivo possa “deter a prerrogativa de fixar, com exclusividade, o valor do salário mínimo”.

A petição rejeita o argumento do governo de que, de acordo com o próprio texto da lei, o valor do mínimo a ser estabelecido por decreto deverá obedecer aos critérios de reajuste já aprovados no Congresso Nacional.

Para Sarney, cortes em emendas são necessários à estabilidade

Apesar de causar certo desconforto entre alguns deputados e senadores, o corte nas emendas parlamentares anunciado na segunda-feira pelo governo federal é uma medida necessária para manter a estabilidade do país, disse o presidente do Senado, José Sarney.

Os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Miriam Belchior, informaram que as emendas parlamentares correspondem a R\$ 18 bilhões do corte total de R\$ 50 bilhões que o governo fará no Orça-

mento deste ano.

– O que a inflação significa para o povo é muito maior do que esses pequenos sacrifícios que são feitos neste momento – argumentou Sarney.

Para o senador, o anúncio do corte de R\$ 5 bilhões no programa Minha Casa, Minha Vida não representa descumprimento das promessas feitas pela presidente Dilma Rousseff durante a campanha eleitoral. “Acho que esse ponto não ofende de maneira nenhuma a linha social do governo”, assinalou.

Previdência não é deficitária, diz Paim, citando dados oficiais

Ao lembrar que muitas vezes foi acusado de faltar com a verdade, o senador Paulo Paim (PT-RS) voltou a afirmar, ontem, que a Previdência Social urbana não é deficitária. Ele citou um boletim editado pelo Ministério da Previdência informando que em 2010 foi registrado superávit de R\$ 14,9 bilhões nessa modalidade. Segundo o boletim, a receita no acumulado do ano totalizou R\$ 212,6 bilhões.

Paim disse que conversou com a presidente Dilma Rousseff no sentido de buscar uma alternativa para o fator previdenciário e uma política de valorização dos benefícios de aposentados e pensionistas.

O senador também explicou que, devido a uma série de atividades, não pôde participar da sessão solene do Congresso Nacional em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Ele sugeriu que a ex-senadora



Paim: conversa com Dilma sobre alternativa ao fator previdenciário

Serys Silhessarenko (PT-MT) seja homenageada no próximo ano com o prêmio Bertha Lutz.

Subcomissão deverá avaliar o sistema tributário

Cinco requerimentos foram aprovados ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A primeira proposta, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), pede a criação de subcomissão para “avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional”. O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), apoiou a proposta.

A CAE também aprovou requerimento de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) – subscrito por Aloysio Nunes – pela criação de subcomissão temporária para acompanhar e avaliar o desempenho da política fiscal do governo. Eduardo Suplicy (PT-SP) requereu audiência conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater a

diretriz do governo Dilma Rousseff de erradicação da pobreza absoluta e promoção de oportunidades para todos.

Em seguida, a CAE aprovou propostas de Francisco Dornelles (PP-RJ), convidando o presidente

do Banco Central, Alexandre Tombini, a prestar informações sobre as políticas monetária, creditícia e cambial, e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, a traçar e analisar o cenário para a economia em 2011.

CAE adia votação de crédito externo para Bolsa Família

Pedido de vista coletiva adiou a votação, na CAE, da proposta de autorização para o governo contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e De-

envolvimento, de até US\$ 200 milhões, destinada a financiar o Projeto de Consolidação do Bolsa Família. O relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), recomendou aprovação e disse que Dilma Rousseff anunciaria ontem, em visita a Irecê (BA), aumento nos valores pagos pelo programa.

Ao pedir prazo para analisar a proposta, Demóstenes Torres (DEM-GO) questionou: “Se o Bolsa Família já está constituído e forte ao longo de seus oito anos de funcionamento, não seriam desnecessários recursos externos para consolidar o programa?”. O líder do bloco de apoio ao governo, Humberto Costa (PT-PE), endossou o pedido de Demóstenes.



Eunício Oliveira, Roberto Requião, Aloysio Nunes e Wellington Dias na CAE

Proposto por Rodrigo Rollemberg, ciclo de debates deverá contar com a presença do relator do projeto, dos ministros da Agricultura, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento, e de representantes de confederações e da comunidade científica

CMA antecipará discussão sobre a reforma do Código Florestal

A REFORMA DO Código Florestal será objeto de um ciclo de debates na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Requerimento com esta finalidade, do presidente do colegiado, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), foi aprovado ontem. A proposta de reforma do código está em exame na Câmara e, se aprovada, será analisada pelo Senado.

Deverão ser convidados para o debate o relator do projeto, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), os ministros da Agricultura, Wagner Rossi; do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel.

Também estarão presentes representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Academia Brasileira de Ciências (ABC), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). A ministra e ex-senadora Marina Silva poderá ser convidada.



Senadores da Comissão de Meio Ambiente também aprovaram a realização de audiências públicas sobre diversos temas

O senador Pedro Taques (PDT-MT) sugeriu a criação de uma subcomissão para discutir em profundidade a atualização do código, mas a decisão sobre essa proposta foi adiada.

Resposta

Na avaliação de Jorge Viana (PT-AC) o assunto merece atenção de todos os integrantes da CMA, uma vez que o país exige uma resposta do Parlamento a respeito da legislação ambiental. Na opinião de Kátia Abreu (DEM-TO), a criação de uma

subcomissão poderia dividir os trabalhos e comprometer o resultado, em vez de aprimorá-lo. Ivo Cassol (PP-RO) afirmou que a própria CMA tem condições de tratar do assunto sem a necessidade de uma subcomissão. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ressaltou que a única unanimidade em torno do Código Florestal é a de que ele precisa ser atualizado.

A CMA aprovou ainda audiências sobre o relatório de impacto ambiental do projeto da hidrelétrica de Belo Monte, sugerida por

Rodrigo Rollemberg; sobre o uso racional da água, em comemoração do Dia Mundial da Água, em 22 de março, numa iniciativa de Marisa Serrano (PSDB-MS) e Aloysio Nunes; e sobre as ações desenvolvidas no programa Minha Casa, Minha Vida, também por proposta de Marisa Serrano e Aloysio Nunes.

Foi aprovado também requerimento de Cícero Lucena (PSDB-PB) para debate sobre o decreto que estabelece normas para execução da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Jornal do Senado: papel reciclado sem custo maior

O *Jornal do Senado* começou a circular ontem em papel reciclado. A mudança é uma iniciativa do 1º secretário, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), com o apoio do presidente da Casa, José Sarney, e do diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), Fernando Cesar Mesquita.

Segundo Cícero Lucena, a iniciativa marca mais uma etapa da consolidação do programa Senado Verde, que auxilia a administração da Casa em projetos e ações para a boa gestão ambiental. A ideia é tornar o Senado instituição modelo nesse sentido. Além do fortalecimento da coleta seletiva, o senador informou que estão sendo preparadas medidas para reduzir o consumo de papel, energia elétrica e água.

– Fiquei muito feliz com a iniciativa de utilizar o papel reciclado no *Jornal do Senado*, com qualidade de impressão e sem aumentar custos – afirmou Cícero Lucena.

O diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), Florian Madruga, informou que a diferença de preço entre papel reciclado e o utilizado anteriormente será paga com a venda de aparas para empresas de reciclagem.

Davim defende discussão plural e bom convívio com agronegócio

Paulo Davim (PV-RN) defendeu ontem a modernização do Código Florestal. Ele elogiou a iniciativa da CMA de realizar em 2011 um ciclo de debates sobre o tema, envolvendo nas discussões a comunidade científica, setores agrícolas, governantes, terceiro setor e sociedade civil.

– Uma proposta para verdadeiramente pluralizar o debate – definiu o senador.

Para Paulo Davim, essas



Paulo Davim

audiências podem ajudar a acabar com “a falsa crença” de que os defensores do meio ambiente são contra o desenvolvimento econômico.

– Os ambientalistas não são contra o agronegócio, nós não somos contra a produção. Nós queremos é o bom convívio, um convívio harmônico entre meio ambiente e produção, o desenvolvimento sustentável propriamente dito – explicou Paulo Davim.

Mozarildo eleito à subcomissão da Amazônia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) foi eleito ontem presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

A vice-presidente é a senadora Ana Amélia (PP-RS). Os mandatos valem até o fim de 2012.

A subcomissão da Amazônia está ligada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Marta responsabiliza prefeitura de São Paulo por efeitos das chuvas

A senadora Marta Suplicy (PT-SP) declarou ontem que a responsável pelos dias de “caos e pânico” vividos pela população paulistana é a prefeitura.

– Mais do que a natureza, ou mesmo a ocupação errática do espaço urbano, a maior responsabilidade pelos efeitos da chuva, segundo a CPI, cabe à prefeitura de São Paulo – disse.

A senadora referia-se à CPI das Enchentes, realizada em 2010



Marta Suplicy

pela Câmara Municipal de São Paulo, que constatou redução gradativa de recursos nos últimos três anos em obras de prevenção a enchentes realizadas pela prefeitura de São Paulo.

Além disso, acrescentou a senadora, a CPI mostrou que a administração pública da cidade já deixou de liquidar, nos últimos anos, cerca de R\$ 440 milhões para obras essenciais de combate às enchentes.

Série de debates geopolíticos da CRE começa pelo Oriente Médio

A partir de 11 de abril, e durante um ano, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) promoverá 25 painéis sobre a nova ordem global, segundo requerimento de Fernando Collor (PTB-AL), aprovado ontem pela comissão. O primeiro tema a ser tratado será a crise política que atinge o Oriente Médio.

Apresentado pelo presidente do colegiado, o requerimento prevê a realização de debates sobre o “panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional e ao sistema de atividades de inteligência”.

Collor acha essencial analisar

os impactos sobre a economia brasileira e mundial dos possíveis aumentos de preços de petróleo derivados da crescente instabilidade no Oriente Médio.

– Os serviços de informações teriam sido surpreendidos pelas manifestações? A capacidade de resposta dos governos foi prejudicada pela falta de informações adequadas? Quais as consequências dessa crise em termos energéticos? Essas questões podem ser abordadas no ciclo de audiências públicas por professores universitários, especialistas em Relações Internacionais, Economia e Defesa, por representantes do meio empresarial, da imprensa e de missões diplomáticas –



Collor preside reunião da CRE de ontem: novos procedimentos para votação de embaixadores serão decididos amanhã

afirmou Collor.

Três senadores apresentaram sugestões de temas a serem abordados nos painéis. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) propôs a realização de um debate sobre as fronteiras brasileiras, especialmente a de seu estado com a Guiana Francesa.

O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) pediu a inclusão, entre os futuros debatedores, do brasileiro Albert Fishlow, da Universidade de Columbia (EUA) e o senador Jorge Viana (PT-AC) sugeriu um debate sobre a presença de refugiados haitianos no Acre.

A pedido do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), foi adiada para a próxima reunião da comissão, amanhã, a votação de três propostas de atos que alterarão as normas de funcionamento do colegiado, inclusive no que se refere à aprovação de novos embaixadores.